

PROTOCOLO DE
COLABORAÇÃO
DE APOIO AOS
BOMBEIROS
VOLUNTARIOS
DA BATALHA



BATALHA
MUNICÍPIO



MUNICÍPIO DA BATALHA

(G.A.P.)

Página 1 de 11

PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO

(Legislação Aplicável: Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro)

Protocolo n.º 26/2014/GAP

PREÂMBULO

Considerando que:

1. A Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, veio estabelecer o regime jurídico das autarquias locais, estabelecendo o regime jurídico de transferência de competências do Estado para as Autarquias Locais;
2. Ao abrigo do disposto na alínea j) do n.º 2 do artigo 23.º do citado diploma legal, os Municípios dispõem de atribuições no domínio da proteção civil;
3. Nos termos do disposto nas alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal pode deliberar sobre formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à execução de obras ou à realização de eventos de interesse para o município, bem como pode apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, recreativa ou outra de interesse para o município;
4. As missões desenvolvidas pelos corpos de bombeiros das associações humanitárias de bombeiros voluntários se revestem de inequívoco interesse público;
5. Os referidos corpos de bombeiros são agentes fundamentais no âmbito da proteção civil;



MUNICÍPIO DA BATALHA

(G.A.P.)

Página 2 de 11

PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO

(Legislação Aplicável: Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro)

Protocolo n.º 26/2014/GAP

6. Os objetivos legalmente atribuídos à proteção civil municipal carecem de uma intervenção permanente e ativa dos corpos de bombeiros;
7. Os corpos de bombeiros são essenciais e imprescindíveis à salvaguarda de pessoas e bens;
8. A Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários do Concelho da Batalha, através do seu Corpo de Bombeiros, para além das suas atribuições de proteção de pessoas e bens, dão um precioso apoio em diversas atividades culturais e desportivas promovidas ou apoiadas pelo Município da Batalha, e muitas vezes suportam todos os encargos sem qualquer compensação;
9. É da responsabilidade da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários do Concelho da Batalha a aquisição de equipamentos e viaturas para desempenho das suas missões;
10. Para assegurar o financiamento do plano de investimentos definido, necessário ao regular funcionamento e bom desempenho das missões que são confiadas ao corpo de bombeiros, os meios financeiros, resultantes de apoios da Administração Central do Estado, quer da própria Associação, são insuficientes e podem determinar a necessidade de reforço do apoio municipal.

São razões, por que,



MUNICÍPIO DA BATALHA
(G.A.P.)

Página 3 de 11

PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO

(Legislação Aplicável: Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro)

Protocolo n.º 26/2014/GAP

Entre:

PRIMEIRO OUTORGANTE:

MUNICÍPIO DA BATALHA, pessoa coletiva número 501 290 206, sedado na Rua Infante D. Fernando, Batalha, devidamente representado pelo Presidente da Câmara Municipal, **Paulo Jorge Frazão Batista dos Santos**, outorgando em nome daquele, no exercício dos poderes conferidos pelas alíneas a) e f) n.º 1 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e deliberação n.º 2014/0609/GAP tomada pelo Executivo Municipal em 24 de novembro de 2014, adiante designado como **Município, Câmara Municipal** ou **primeiro outorgante**;

SEGUNDO OUTORGANTE:

ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DO CONCELHO DA BATALHA, Instituição de Utilidade Pública, com o número de pessoa coletiva 501 239 995, com sede na Rua dos Bombeiros, 2440-901 Batalha, devidamente representada pelos seguintes **membros da Direção, Presidente, Francisco Manuel da Graça Freitas, e Tesoureiro, António José Pereira da Costa**, outorgando em nome daquela, com poderes para o ato, verificados pelo Auto de Posse e Ata da Assembleia-geral extraordinária datados de 29/11/2013, e atento ao estatuído no n.º 1 do artigo 27.º, conjugado com o disposto no n.º 1 do artigo 30.º dos Estatutos da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários do Concelho da Batalha, exarados em 18/11/2009, no Cartório Notarial da Batalha, adiante designada como **Associação** ou **segundo outorgante**; -----



MUNICÍPIO DA BATALHA
(G.A.P.)

Página 4 de 11

PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO

(Legislação Aplicável: Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro)

Protocolo n.º 26/2014/GAP

É celebrado o presente protocolo de colaboração, que se rege pelas cláusulas seguintes, tendo por base os fundamentos constantes da deliberação n.º 2014/0609/GAP tomada pelo Executivo Municipal em 24/11/2014.

Cláusula 1ª

Objeto

O presente protocolo tem por objeto a atribuição de um apoio financeiro à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Batalha.

Cláusula 2ª

Âmbito

O apoio financeiro concedido destina-se às despesas de funcionamento e de investimento relacionadas com as atividades e aquisição de equipamentos que visam o cumprimento da missão de agente de proteção civil do Corpo de Bombeiros da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Batalha.

Cláusula 3ª

Obrigações

Constituem obrigações da Associação as seguintes:

- a) Assegurar o cumprimento de todas as missões legalmente atribuídas aos corpos de bombeiros;



MUNICÍPIO DA BATALHA
(G.A.P.)

Página 5 de 11

PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO

(Legislação Aplicável: Lei n.º. 75/2013, de 12 de setembro)

Protocolo n.º 26/2014/GAP

- b) Manter o número de elementos no Corpo de Bombeiros que se revele necessário ao cumprimento das missões referidas na alínea anterior;
- c) Assegurar o cumprimento de todas as disposições legais e regulamentares aplicáveis no âmbito da atividade objeto do presente Protocolo;
- d) Afetar o apoio financeiro concedido exclusivamente às atividades objeto do presente Protocolo;
- e) Fornecer ao Município toda a informação necessária à fiscalização da execução do protocolo.

Cláusula 4ª

Apoio financeiro

1. O apoio financeiro global é de **noventa mil euros**, sendo sessenta mil euros para funcionamento, a transferir nos termos previstos na cláusula quinta do presente protocolo.
2. O valor remanescente de trinta mil euros é atribuído a título de comparticipação de despesas de investimento, a transferir nos termos previstos na cláusula sexta do presente protocolo.
3. Os pagamentos a que se refere os números anteriores dependem da existência de fundos disponíveis, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e respetiva regulamentação.
4. As transferências a que se refere a presente cláusula dependem ainda da inexistência de dívidas por impostos ou por contribuições à segurança social.
5. É admissível, a título excecional, a atribuição e valores adicionais desde que devidamente fundamentados e mediante prévia deliberação da Câmara Municipal.



MUNICÍPIO DA BATALHA
(G.A.P.)

Página 6 de 11

PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO

(Legislação Aplicável: Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro)

Protocolo n.º 26/2014/GAP

Cláusula 5.ª

Apoio ao funcionamento

1. O apoio financeiro global é de 60.000,00€ (sessenta mil euros), a transferir em quatro partes iguais, até ao termo dos meses de abril, maio, agosto e dezembro.
2. A assunção da despesa constante do n.º 1 tem enquadramento orçamental no presente ano económico na rubrica 040701 do Orçamento e na rubrica 1 121 2014/8, sob o número de lançamento do cabimento 2225 efetuado em 26/11/2014, precedido da R.I. n.º 155 de 26/11/2014.
3. O apoio a atribuir será objeto da realização prévia do respetivo compromisso, atento o exposto nos números 3 e 4 da cláusula quarta.

Cláusula 6.ª

Apoio ao investimento

1. O Município atribuirá à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Batalha um apoio ao investimento até ao montante de 30.000,00 (trinta mil euros), com IVA incluído, designadamente para aquisição de equipamento técnico operacional para uso dos bombeiros e outras despesas de investimento.
2. O apoio previsto no ponto anterior está sujeito a deliberação da Câmara Municipal, sendo solicitado pela Direção da Associação através de pedido fundamentado com a relação e a indicação do tipo de equipamento pretendido, do fim a que se destina e ordem de prioridade.



MUNICÍPIO DA BATALHA
(G.A.P.)

Página 7 de 11

PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO

(Legislação Aplicável: Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro)

Protocolo n.º 26/2014/GAP

3. Em caso de decisão desfavorável sobre o pedido fundamentado de apoio ao investimento, a Associação poderá apresentar novo pedido de equipamento ou despesa de investimento.
4. O apoio a atribuir será objeto da realização prévia do respetivo compromisso, atento o exposto nos números 3 e 4 da cláusula quarta.
5. O pagamento inerente ao apoio cedido ao abrigo desta cláusula, só poderá ser efetuado após a entrega do respetivo documento justificativo da despesa realizada pelo Segundo Outorgante.

Cláusula 7.ª

Dever de informação

A Associação obriga-se a remeter ao Município a seguinte documentação:

- a) Relatórios e contas anuais aprovados;
- b) Planos de atividades e orçamentos anuais aprovados;
- c) Relatórios mensais de ocorrências;
- d) Declarações comprovativas da inexistência de dívidas por impostos devidos em Portugal ou de contribuições para a Segurança Social;
- e) Outros documentos relevantes para os efeitos do presente Protocolo.

Cláusula 8.ª

Articulação

A atividade de proteção civil desenvolvida pelo Corpo de Bombeiros deve ser articulada com o serviço municipal de proteção civil, em conformidade com as disposições legis aplicáveis.



MUNICÍPIO DA BATALHA

(G.A.P.)

Página 8 de 11

PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO

(Legislação Aplicável: Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro)

Protocolo n.º 26/2014/GAP

Cláusula 9.ª

Fiscalização

1. A fiscalização do cumprimento das obrigações assumidas e da afetação das verbas atribuídas às finalidades visadas é assegurada pelo serviço municipal de proteção civil.
2. A Associação facultará todos os documentos e informações necessárias para o cumprimento do número anterior.
3. O serviço municipal de proteção civil elabora, em data anterior à transferência dos apoios, um relatório fundamentado, no qual se ateste o cumprimento do presente Protocolo.
4. A falta do relatório a que se refere o número anterior ou a menção a desconformidades impede a transferência da verba em causa.

Cláusula 10.ª

Cessação antecipada

1. O presente Protocolo pode ser feito cessar antecipadamente por razões devidamente fundamentadas por qualquer das partes, com a antecedência de trinta dias seguidos.
2. O incumprimento das obrigações assumidas pela Associação tem como efeito a cessação antecipada do presente Protocolo e a restituição dos valores indevidamente transferidos, acrescidos de juros de mora à taxa legal.

Cláusula 11.ª

Menções obrigatórias

As atividades apoiadas através do presente Protocolo devem evidenciar, sempre que possível, que beneficiaram de apoio da Câmara Municipal da Batalha.



MUNICÍPIO DA BATALHA
(G.A.P.)

Página 9 de 11

PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO

(Legislação Aplicável: Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro)

Protocolo n.º 26/2014/GAP

Cláusula 12.ª

Omissões

Em tudo o que não constar no presente Protocolo aplicam-se os respetivos normativos legais, designadamente o Regime Jurídico das Autarquias Locais, das Entidades Intermunicipais e do Associativismo Autárquico, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais.

Cláusula 13.ª

Vigência

O presente protocolo é válido pelo período de um ano, retroagindo os seus efeitos a 01 de janeiro de 2014.

Cláusula 14.ª

Interpretação

As dúvidas suscitadas pela aplicação do presente protocolo serão esclarecidas e interpretadas de comum acordo, dentro do princípio geral da interpretação mais favorável à prossecução das finalidades expressas.



BATALHA
CÂMARA MUNICIPAL

MUNICÍPIO DA BATALHA

(G.A.P.)

Página 10 de 11

PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO

(Legislação Aplicável: Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro)

Protocolo n.º 26/2014/GAP

Cláusula 15.ª

Publicitação

Nos termos do estatuído na Lei n.º 64/2013, de 27 de agosto, este protocolo será publicado no Boletim Municipal e na página da Internet do Município da Batalha, no endereço www.cm-batalha.pt

O presente Protocolo é feito em duplicado, com igual conteúdo e valor, sendo um entregue ao segundo outorgante e o outro arquivado nos Serviços da Câmara Municipal, após a assinatura dos legais representantes.

Paços do Município da Batalha, 26 de novembro de 2014

O Presidente da Câmara Municipal da Batalha,

Pela Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Batalha,